



# PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

**LEI Nº. 126/2014.**

**Em, 26 de Novembro de 2014.**

## **ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO, ESTADO DA  
PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara  
Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2015, no montante de **R\$ 18.879.300,00 (dezoito milhões, oitocentos e setenta e nove mil e trezentos reais)** e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal e do art. 5º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015:

I - o Orçamento Fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Municipal direta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

### **CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

#### **Seção I Da Estimativa da Receita**

**Art. 2º.** A receita total estimada no Orçamento e da Seguridade Social, é de **R\$ 18.879.300,00 (dezoito milhões, oitocentos e setenta e nove mil e trezentos reais)** assim distribuída:

I – Orçamento Fiscal: **R\$ 13.814.550,00 (treze milhões, oitocentos e quatorze mil, quinhentos e cinquenta reais)** e;

II – Orçamento da Seguridade Social: **R\$ 5.064.750,00 (cinco milhões, sessenta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais).**

**Art. 3º.** As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições, transferências e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, são estimadas com seguinte desdobramento:



# PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

<b>1.1 - RECEITA DO TESOURO</b>	<b>18.879.300,00</b>
<b>1.1 - RECEITA CORRENTES</b>	<b>16.029.300,00</b>
1100.00.00 - Receita Tributária	493.000,00
1300.00.00 - Receita Patrimonial	190.500,00
1700.00.00 - Transferências Correntes	17.121.800,00
1900.00.00 - Outras Receitas Correntes	287.000,00
<b>9500.00.00 - Dedução da Receita Corrente (P/ formação do FUMDEB)</b>	<b>(2.063.000,00)</b>
<b>1.2 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.850.000,00</b>
2400.00.00 - Transferências de Capital	2.850.000,00
<b>TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO</b>	<b>18.879.300,00</b>

## Seção II

### DA FIXAÇÃO DA DESPESA

**Art. 4º.** A despesa total fixada no Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ **18.879.300,00 (dezoito milhões, oitocentos e setenta e nove mil e trezentos reais)** na forma detalhada entre os órgãos orçamentários especificados no Art. 5º desta Lei e assim distribuída:

I – Orçamento : **R\$ 13.814.550,00 (treze milhões, oitocentos e quatorze mil, quinhentos e cinquenta reais)** e,

II – Orçamento da Seguridade Social: **R\$ 5.064.750,00 (cinco milhões, sessenta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais).**

Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de **R\$ 2.147.500,00 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais)** será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

## Seção III

### Da Distribuição da Despesa por Órgão

**Art. 5º.** A despesa fixada à conta de recursos previstos neste Título, observada a programação constante do Detalhamento das Ações, em anexo, apresenta, por órgão orçamentário, o seguinte desdobramento:

  
**Romualdo A. Quirino de Sousa**  
Prefeito Constitucional





# PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

0110 - Câmara Municipal	796.250,00
0210 - Gabinete do Prefeito	221.000,00
0220 - Secretaria de Administração	965.000,00
0230 - Secretaria de Finanças	480.000,00
0240 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1.835.000,00
0250 - Secretaria de Educação e Cultura	6.478.300,00
0260 - Fundo Municipal de Saúde	3.665.850,00
0270 - Fundo Municipal de Assistência Social	1.398.900,00
0280 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	2.989.000,00
0299 - Reserva de Contingência	50.000,00
<b>TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO</b>	<b>18.879.300,00</b>

## Seção IV

### DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO

Art. 6º. – A discriminação da despesa fixada neste orçamento, quanto a sua natureza por categoria econômica, far-se-á até a modalidade de aplicação, consoante o previsto no Art. 6º da Lei 263/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), conforme desdobramento a seguir

<b>3.0.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.815.050,00</b>
<b>3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Social</b>	<b>6.903.450,00</b>
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	6.903.450,00
<b>3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>5.911.600,00</b>
3.3.50.00.00 - Transferência a Instituições Privadas	115.000,00
3.3.70.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	120.000,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	5.676.600,00
<b>4.0.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.014.250,00</b>
<b>4.4.00.00.00 - Investimentos</b>	<b>5.894.250,00</b>
4.4.70.00.00 - Transferências e Consórcios Públicos	30.000,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	5.864.250,00
<b>4.5.00.00.00 - Inversões Financeiras</b>	<b>70.000,00</b>
4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas	70.000,00
<b>4.6.00.00.00 - Amortização da Dívida</b>	<b>50.000,00</b>
4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas	50.000,00
<b>9.0.00.00.00 - Reserva de Contingência</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO</b>	<b>18.879.300,00</b>

  
Romualdo A. Quirino de Sousa  
Prefeito Constitucional



# PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

## Seção V DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS

**Art. 7º.** Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, nos limites e condições estabelecidas neste artigo, para atendimento de despesa:

I - até o limite de 50 % (cinquenta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias, através da transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma mesma categoria de programação, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; e,

b) da Reserva de Contingência, conforme estabelecido no Art. 8º, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e no Art. 5º, III, b, da Lei Complementar nº 101/2000.

II – para a incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III – para incorporação de excesso de arrecadação, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

IV – para integralizar recursos de operações de crédito, autorizada em lei, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

## CAPÍTULO III AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**Art. 8º.** Em cumprimento ao disposto no Art. 32, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam autorizadas as operações de crédito incluídas nesta Lei, para atendimento das despesas previstas com essa receita.

**Art. 9º.** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, até o limite previsto na Constituição Federal e observado o disposto no Art. 38, da Lei Nº .101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), podendo, oferecer, em garantia, parcelas de Recursos do Tesouro Municipal.

*Res*  
Romualdo A. Quirino de Sousa  
Prefeito Constitucional





# PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 10º.** Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contra garantias necessárias à obtenção de garantias do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

**Art. 11º.** Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015.

Congo, 26 de novembro de 2014.

  
**Romualdo Antonio Quirino de Sousa**  
*Romualdo Antonio Quirino de Sousa*  
Prefeito Constitucional